

O Ministério na Igreja Anglicana *Subsídio para debate no CONIC**

Rev. Jorge Aquino, osee e Rev. Carlos Eduardo Calvani

Desde que os documentos da Comissão de Fé e Ordem do Conselho Mundial de Igrejas que tratavam do Batismo, Eucaristia e Ministério, vieram a público, todos os cristãos seriamente envolvidos com o ecumenismo perceberam que estavam diante de um texto que marcava uma época. Os avanços alcançados com aquele documento (conhecido como BEM) precisam ser hoje reavaliados e reestudados como paradigmas, ou melhor, como patamares, a partir do qual a atual discussão acerca do ministério de nossas Igrejas podem ser enriquecidos. Este é um tema fundamental para o crescimento do debate ecumênico e em assim sendo, não poderíamos deixar de, nesta exposição sobre o pensamento anglicano acerca do ministério, apostar no futuro e na unidade de todo o corpo de Cristo.

Uma leitura dos textos que circulavam na Igreja primitiva já nos revela a existência de uma incipiente doutrina do ministério. Esta *doutrina* estava, obviamente, relacionada muito mais com os carismas do que com posições, estamentos ou uma hierarquia estabelecida. Mas a idéia de um *ministério* já começa a dar os primeiros passos. Por isso Paulo diz que “há diversidade nos serviços (*diakonion*) mas o Senhor é o mesmo” I Co 12:5. Esta palavra¹, usada no Novo Testamento pode ser identificada com aquele que serve a mesa. A idéia neo-testamentária do serviço à mesa (diaconato) tem origem no exemplo do próprio Jesus que, em uma demonstração de amor, se apresenta como “aquele que serve” (Lc 22:27) e que veio, “não para ser servido, mas para servir” (Mt 20:28). Os desdobramentos práticos do ensino de Cristo apontam para a realidade de que qualquer pessoa que assiste com alimento ao faminto, com água ao sedento, com vestes ao nu, e que visita aos doentes e enfermos, está servindo ao próprio Cristo (Mt 25:35,36).

Esse serviço, que abrangia as coisas básicas para se viver dignamente, foi expandido, em um segundo momento, quando a Igreja passou a ver, por trás deste ministério, a atuação dos carismas do Espírito Santo. A *diakonia* passa então a ser visto como um carisma.

O conceito de *diakonia* se expande quando Lucas descreve a escolha de sete homens para assistir às viúvas helênicas da Igreja, que estavam sendo preteridas em relação às viúvas dos judeus. Nas cartas

* O presente texto foi apresentado pelos autores na Consulta sobre Ministérios realizada pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, em Brasília (outubro de 2000).

¹ No NT as palavras que mais aparecem são *diakoneo* que significa “servir”; *diakonia* que fala de um “serviço à mesa” e *diakonos* que é “aquele que serve a mesa”.

de Paulo o trabalho do diácono passa a ter uma conotação mais orgânica, embora o desenvolvimento deste cargo não tenha ocorrido em todos os lugares da mesma forma e com as mesmas características.

O que deve ser ressaltado, neste primeiro momento, é que todos os membros da comunidade dos fiéis – isto inclui os ministros ordenados que também são povo (*laos*) de Deus - são chamados a exercer seu papel no Corpo de Cristo, que é a Igreja. Quer isto implique no ministério ordenado, quer não. Cada cristão batizado é um ministro que precisa exercer seu papel e ocupar seu espaço na Igreja.

O ministério de Cristo como modelo para o ministério da Igreja

Dentro do jeito anglicano de fazer teologia, a pessoa do Cristo encarnado e ressuscitado é fundamental. Tem sido ao redor dos milagres da encarnação do verbo e sua ressurreição, e de suas implicações para a humanidade, que os anglicanos vem produzindo teologia nos últimos séculos.

Contemplar a vida de Jesus e seu ministério, sua morte e sua ressurreição, implica, em compreender que este ministério de “serviço” que ele veio exercer se estende agora a todos os seus seguidores, uma vez que ele nos enviou da mesma forma que o Pai o enviou. Na realidade, para citar as palavras de A. G. Herbert, “a ascensão do senhor ressuscitado deve, portanto, governar toda a doutrina da Igreja e do ministério”². Esta é uma verdade tão evidente no anglicanismo, que os textos mais dogmáticos, ao tratar deste tema, trabalham com a mesma abordagem. Vejamos o que diz o Relatório da Comissão de Doutrina Cristã, indicada pelos Arcebispos de York e Cantuária: “A Igreja como Corpo de Cristo, compartilha sua vida e tem uma função ministerial derivada da função de Cristo”.³ Mais uma vez, Cristo é apresentado como modelo do ministério na Igreja Anglicana.

Dentre todos os itens da credenda da cristologia, os chamados “Ofícios de Cristo” sempre foram usados na Igreja para exemplificar o ministério da Igreja. Eles servem de base para a reflexão sobre o exercício do ministério de Cristo, mas também sobre o ministério da Igreja. Os anglicanos normalmente distinguem em Jesus três ofícios: profético, sacerdotal e real.

Na realidade este tradicional sumário do ministério de Cristo apresenta uma extraordinária base para o estudo do ministério da própria Igreja. E isto acontece porque “toda a autoridade que os apóstolos trazem para pregar, para ministrar, para governar, é vista

² KIRK, E. KENNETH, (Org.) The Apostolic Ministry, p. 501

³ Doctrine in The Church of England, p. 114

como derivada dEle, e exercida em subordinação a Ele”⁴. Vejamos cada um destes ofícios.

Profeta

Desde o início da Igreja que Jesus tem sido identificado com aquele “profeta” de quem Moisés falou (Dt 18:15; At 3:22). O ofício profético nunca esteve necessariamente relacionado com previsões acerca do futuro, mas com o ato de se falar em nome de outro. Ser profeta implicava, em primeiro lugar, em estar disposto a falar toda a palavra que o Senhor mandar, por mais dura que seja (I Rs 22:14). E Jesus jamais se furtou em confrontar os líderes de sua época com a palavra de Deus. Ser profeta implicava, em segundo lugar, em estar consciente da presença de Deus sobre ele. E sobre isso Jesus não tinha qualquer dúvida. De fato foi ele mesmo quem disse que o Espírito de Deus estava sobre ele e que ele estava ungido, marcado, escolhido, para um trabalho especial, pelo próprio Deus. Ser profeta, então implica, finalmente, em ser enviado. E assim como Cristo foi enviado pelo Pai (*apestalken me ó pater*) ele também nos envia. Ser enviado (apóstolo) é assumir uma função profética. Daí deduzimos que os apóstolos e seus sucessores são chamados também a exercer uma função profética neste mundo.

Sacerdote

Há uma diferença fundamental e básica entre o ministério de um profeta e o ministério de um sacerdote. Enquanto o primeiro é um representante de Deus entre os homens, o segundo é visto como aquele que representa os homens diante de Deus.

O livro de Hebreus é um local privilegiado para se encontrar a doutrina do sacerdócio de Jesus Cristo. Lá tomamos ciência que “ele está agindo como sacerdote quando preside o rito em que ele celebra como Sacrifício da Nova Aliança, na última Ceia, onde o uso das palavras ‘Meu corpo’ e ‘Meu sangue’ implica em que ele é também a vítima”⁵.

Há inúmeras passagens nas Escrituras em que ele é apontado como o “sacerdote” que se oferece a si mesmo em sacrifício por amor a nós. (cf. Jo 6:51; Ef 5:2) Contudo, o texto da chamada Oração Sacerdotal de Cristo é grandioso quando, atingindo o ápice do verso 19, diz que ele se sacrifica a si mesmo para que nós possamos ser santificados na verdade.

⁴ KIRK, E. KENNETH, (Org.) The Apostolic Ministry, p. 502

⁵ KIRK, E. KENNETH, (Org.) The Apostolic Ministry, p. 505

Dizer que ele é o sacerdote significa afirmar que só ele é o sacerdote eterno em que todo sacerdócio é exercido. Significa afirmar que somente por meio dele “como o único mediador entre Deus e o homem toda adoração e toda oração ascende ao altar celestial à vista da majestade divina”.⁶

A Igreja de Jesus Cristo, no geral (*sacerdócio universal*), e os apóstolos e seus sucessores, em particular, são também apontados como sacerdotes. Alan Jones nos diz que embora a definição clássica de sacerdote aponte para alguém que oferece um sacrifício, ele nos lembra que “sacrifício é o ato pelo qual se faz alguma coisa ‘tornar-se sagrada’ (*sacrum facere*)”.⁷ Logo, o sacerdote é aquele que abençoa, que eleva algo ou alguém até a presença de Deus. No exercício do sacerdócio universal, cada cristão pode ir até a presença de Deus e interceder. Como sacerdotes elevamos as pessoas até a presença de Deus, mas como Ministros ordenados (sacerdotes estrito senso) oferecemos, *in persona Christi*, sacrifício de louvor e ações de graças. Nossos sacrifícios diferem do sacrifício de Cristo quanto a natureza e ao propósito: “não são materiais, mas espirituais, e seu objetivo não é propiciatório mas eucarístico, a expressão de uma gratidão responsiva”⁸.

Rei

O tema do reinado de Deus está presente em todos os lugares das Escrituras. Deus é descrito como aquele que está assentado sobre um alto e sublime trono e que recebe adoração de todos os seres. Nosso propósito, enquanto criaturas, é adorar e nos submeter a sua direção e controle. Foi neste clima de completa soberania de Deus que floresceu a monarquia Israelita. De fato em alguns textos vetero-testamentários Deus parece não aceitar que haja outro rei sobre Israel que não seja Ele. Ele é o “Rei dos reis” e o “Senhor dos senhores”. Ele é aquele que dirige as nações e que as leva ao seu fim. O Antigo Testamento, lido com os olhos da Igreja primitiva, já apontava para o surgimento de um Rei que seria semelhante a Davi. Um Rei pastor. Um Rei humilde e frágil, mas que reergueria o reino de “Davi seu pai”. Muitos salmos são lidos dentro desta perspectiva messiânica. O Novo Testamento aplicará todas estas referências e profecias a pessoa de Jesus. De fato em sua cruz estava escrito que ele era o “Rei dos Judeus”. Ele é aquele que, segundo o discurso de Pedro no dia de Pentecostes, se assentaria no trono de Davi e em sua ressurreição foi exaltado à destra de Deus e se tornou Senhor e Cristo. (Cf At 2:30-36) Ele é aquele que veio para glorificar o Pai, e Paulo descrevendo o reinado de Cristo, - inclusive nos

⁶ KIRK, E. KENNETH, (Org.) The Apostolic Ministry, p. 506

⁷ JONES, ALAN Sacrifício e Alegria, p. 195

⁸ STOTT, JOHN A Cruz de Cristo, p. 239

lembrando de que nós agora também estamos assentados nos lugares celestiais em Cristo (Ef 2: 6) – diz que importa que ele reine até o momento em que todos estarão subjugados ao seu poder. Neste momento até Jesus entregará o reinado ao Pai (I Co 15:28). Citando mais uma vez as palavras de A. G. Hebert, “Nosso Senhor é Profeta, Sacerdote e Rei. Desta forma a Igreja, sendo seu Corpo, é profética, sacerdotal e real. O ministério é, de um lado, o órgão do corpo através do qual o caráter profético, sacerdotal e real de toda Igreja encontra sua principal expressão, e por outro lado, continua a missão que nosso Senhor confiou aos seus apóstolos”⁹.

A teologia do ministério na Igreja Anglicana

O estudo do tema do ministério a partir da perspectiva anglicana nos coloca, antes de mais nada, diante de algumas questões introdutórias. A primeira delas diz respeito a uma definição de ministério cristão. Respondendo à pergunta sobre quem são os ministros da Igreja, o nosso Catecismo diz que “os ministros da Igreja são leigos, bispos, presbíteros e diáconos” (Cf Jo 20:21; Ap 1:6; I Pd 2:5-9; At 6:2-6, 14-23; I Tm 4:14; II Tm 1:6; Tt 1:5). Ou seja, todos os membros do Corpo de Cristo são ministros da Igreja.

Este entendimento de que o ministério envolve todos e cada um dos cristãos acaba por influenciar nosso entendimento acerca da natureza da Igreja. Para os anglicanos, a natureza da Igreja compreende também os leigos. Em nossa interpretação da sinodalidade e da conciliaridade, uma administração compartilhada não pode prescindir da presença dos leigos em todas as instâncias diocesanas e provinciais. Esta ruptura com um modelo monárquico e medieval de governo ocorreu também em função da influência das idéias reformadas na Igreja da Inglaterra, onde as idéias relativas ao “sacerdócio universal dos cristãos” também tiveram guarida.

É importante ressaltar aqui alguns fatos de extrema importância. Em primeiro lugar, devemos atentar para o fato de que, dentro da visão anglicana de ministério, não há qualquer mérito humano em se ser chamado a exercer um papel no ministério da Igreja. É Deus quem nos chama e quem nos habilita para cumprir um papel que redundará em sua maior glória. Toda a vida do ministro cristão é vivida no serviço de Deus e do próximo. Não há espaço para a glória terrena. Devemos ser, portanto, gratos a Deus pela extraordinária oportunidade que ele nos dá, para servir ao próximo.

Em segundo lugar, devemos lembrar que dentro dos vários desenhos do ministério, seja ordenado seja leigo, todos são iguais. Por isso não se pode falar propriamente acerca de um “ofício inferior” ou

⁹ KIRK, E. KENNETH, (Org.) The Apostilo Ministry, p. 509

“superior”, se foi Deus quem chamou a cada um de nós para servi-lo. Temos ofícios diferentes e complementares, mas não inferiores ou superiores. De fato, a impressão que temos quando lemos o Novo Testamento, é aquele, segundo a qual, os membros do reino não podem mais pensar com os mesmos paradigmas existentes numa sociedade que domina e que explora. No Reino de Deus, o maior é aquele que serve. Os ministros ordenados não são honrados por sua dignidade, mas por sua posição de servos dos servos de Deus. a começar pelos bispos, que acumulam também o ministério diaconal.

O ministério do leigo

Nesta função cada pessoa tem seu lugar e seu espaço, participando de acordo com seus diferentes dons e chamados no Corpo de Cristo. Este tipo de ministério poderia ser chamado de ministério universal, em oposição a um ministério especializado. Respondendo à pergunta sobre o ministério do leigo, o Catecismo Anglicano diz: “O ministério do leigo é representar Cristo e sua Igreja; dar testemunho de Cristo em todas as circunstâncias; e, segundo os dons recebidos, fazer a obra de reconciliação de Cristo o mundo e tomar lugar na vida, adoração e governo da Igreja (I Pd 3:15, 4:10-11). De fato, o ministério do leigo tende a ser muito mais amplo e importante do que o ministério especializado. Por isso o relatório da Conferência de Lambeth de 1968, falando sobre a renovação do ministério assim se expressa: “Os leigos, em seu trabalho diário estão geralmente em contato imediato com muito mais gente e, portanto, arcam com uma maior responsabilidade”.¹⁰

Segundo aquela Conferência, homens e mulheres leigos que assumem posição de responsabilidade, seja grande ou pequena, tanto na sociedade quanto na Igreja, devem aprender a como tomar decisões à luz da fé cristã. Estas palavras se revestem de uma maior importância porque estamos vivendo um momento de crise mundial onde o “poder” pode ser instrumentalizado para a coisificação do ser humano e a dominação do outro. Os clérigos, em geral estão distantes deste processo, mas os leigos da Igreja estão envolvidos diariamente no processo de tomada de decisões e na formação da opinião pública.

Além disso, entendemos que é o Santo Batismo que torna todo leigo um representante de Cristo. Na Aliança Batismal de nosso LOC, a pessoa batizada e toda comunidade reafirma o compromisso de proclamar, por palavra e exemplo, as boas novas de Deus em Cristo, defendera justiça e a paz para todos e respeitar a dignidade de todo ser humano (LOC pg. 166), e quando a comunidade recebe o(a) batizado(a), exorta-o dizendo: “Confessa conosco a Fé no Cristo

¹⁰ The Lambeth Conference 1968 – Resolutions and Reports, p. 95

Crucificado, proclama a sua Ressurreição e *compartilha conosco do seu Eterno Sacerdócio*" (pg. 169). Sublinhamos essa última frase porque a mesma revela nossa compreensão do sacerdócio universal de todos os/as cristãos. Conforme 1 Pedro 2.9, todo povo é e possui o sacerdócio. Isso significa, em nossa compreensão, que qualquer sacerdócio diferenciado que venha a existir, principalmente o ministério ordenado, pertence a todos os crentes e funciona em favor de todo povo de Deus.

A Comunhão Anglicana, atendendo as recomendações de Lambeth 68, tem testemunhado o crescente espaço que os leigos, e particularmente as mulheres leigas, estão galgando no processo de tomada de decisão em nossas dioceses e Províncias, assim como em comissões internacionais.

O ministério ordenado

Conforme já foi exposto acima, a compreensão anglicana do ministério pode se resumir a uma declaração feita pela Comissão de Doutrina da Igreja da Inglaterra, segundo a qual "o Ministério Cristão fundamental é o Ministério de Cristo. Não existe Sacerdócio Cristão ou Ministério fora dele"¹¹.

Para aprofundar estas questões, precisamos expor alguns itens importantes. Em primeiro lugar, devemos entender que a Igreja não é apenas um organismo vivo e espiritual (o Corpo de Cristo), mas também uma organização, com normas, cânones, administração e governo. Ela é, sim, uma instituição social, embora, sua essência nunca possa ser identificada ou reduzida à instituição.

Em segundo lugar devemos compreender que esta instituição social possui formas de reconhecimento próprios dos seus ministros. Ela os reconhece em meio as comunidades, os treina, e os ordena. Ordenação, segundo as palavras de Claude B. Moss, "é a admissão ao ministério oficial da Igreja visível"¹². Conquanto seja possível o exercício de uma espécie de liderança carismática (no sentido weberiano) na comunidade dos fiéis, o exercício legítimo de um ministério orgânico só se dará quando houver o reconhecimento institucional formal que se dá na ordenação. Citando as palavras do Relatório da Conferência de Lambeth 68, "a fim de que todos os membros da Igreja possam crescer para o cumprimento de seu sacerdócio, Cristo chama e autoriza a alguns como sacerdotes para um povo sacerdotal"... "é pela ordenação que eles são separados por Deus para seu ministério especial".¹³ A Igreja Anglicana, de acordo com a tradição das Igrejas Católicas, declara a

¹¹ Doctrine in The Church of England, p. 114

¹² MOSS, CLAUDE BEAUFORT. The Christian Faith: Na Introduction to Dogmatic Theology, p. 382

¹³ The Lambeth Conference 1968 – Resolutions and Reports, p. 100, 101

existência de três ordens em seu ministério: o diaconato, o presbiterato e o episcopado.

O diaconato

A resposta contida em nosso catecismo sobre o ministério diaconal na Igreja Anglicana nos diz que “o ministério do diácono é representar Cristo e sua Igreja, especialmente como servo dos necessitados, e auxiliar dos bispos e presbíteros na proclamação do evangelho e na administração dos sacramentos”.¹⁴

Já discutimos sobre o surgimento do diaconato nas páginas anteriores. O que precisamos destacar aqui é que, neste momento da Comunhão Anglicana o diaconato passa por um importante processo de redescoberta de sua importância. Explico. Até o século XX o diaconato foi visto apenas como um “estágio probatório” para se poder chegar ao presbiterato. Seu papel era esvaziado e reduzido apenas a um auxiliar temporário do pároco. No fim do século XX, vislumbramos um grande movimento de redescoberta do diaconato como uma ordem distinta e característica. Há um carisma especial que precisa ser exercitado e colocado ao serviço do Corpo de Cristo. Hoje, o diaconato permanente é uma realidade canônica em pelo menos uma diocese de nossa Província. Homens e mulheres podem exercer este fundamental ministério e participar ativamente no crescimento e no amadurecimento da Igreja de Deus.

O presbiterado

Quanto ao ministério dos sacerdotes ou presbíteros e presbíteras, o catecismo nos diz que ele consiste em “representar Cristo e o seu povo; compartilhar com o bispo a supervisão da Igreja, proclamar o Evangelho; administrar os sacramentos e abençoar e declarar absolvição em nome de Deus”¹⁵. Além do que nos expõe o catecismo, seria bom destacar também que o sacerdote anglicano é mais do que um dispenseiro dos meios de graça. De acordo com os ordinais anglicanos e com a prática geral da Igreja Ocidental, ele também se associa ao bispo na imposição de mãos na ordenação de presbíteros.

O episcopado

O Bispo é visto no anglicanismo, como o “ministro chefe da Igreja em sua diocese”¹⁶ ele é aquele que, ao mesmo tempo em que

¹⁴ Resumo da Fé Cristã, p. 20

¹⁵ Resumo da Fé Cristã, p. 20

¹⁶ Doctrine in The Church of England, p. 124

representa a Igreja Universal em sua diocese (igreja local ou particular), também representa sua diocese na Igreja Universal.

O centro do serviço ou do ministério dos bispos pode ser encontrado na vida pastoral, litúrgica e sacramental da Igreja. Como pastor, e representante do Bom Pastor, "pertence ao ofício do bispo o cuidado pastoral de sua diocese".¹⁷ Ainda como pastor, é seu dever ensinar e guardar o depósito apostólico da fé, assim como equipar a Igreja para seu crescimento em amor. Do ponto de vista litúrgico e sacramental, o múnos episcopal consiste em presidir a Eucaristia, em confirmar e ordenar. Nas palavras do catecismo "o ministério do bispo é representar Cristo e sua Igreja, especialmente como apóstolo, sumo sacerdote e pastor de uma diocese; conservar a fé, unidade e disciplina da Igreja toda; proclamar a palavra de Deus; agir em nome de Cristo para reconciliar o mundo e edificar a Igreja, e ordenar outros para continuar o ministério de Cristo".¹⁸ Na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, as presbíteras, se devidamente eleitas, podem ser sagradas bispas.

Para os anglicanos, o episcopado é o único meio de prover o ministério. Nas palavras do *Apelo a todos os Povos Cristãos* "não que ponhamos em dúvida por um só momento a realidade espiritual daquelas comunhões que não possuem o episcopado. Pelo contrário, cheios de gratidão reconhecemos que esses ministérios foram manifestamente abençoados e feitos seus pelo Espírito Santo como meios efetivos de graça. Mas propomos que considerações tanto de história como da experiência presente justificam o apelo que fazemos a respeito do episcopado. Além disso insistiríamos que é agora e será no futuro o melhor instrumento para manter a unidade e a continuidade da Igreja"¹⁹.

Este grande apreço que os anglicanos têm para com o episcopado histórico, a ponto de colocá-lo como um dos itens fundamentais de sua identidade e como tema fundamental na agenda de uma possível ação ecumênica, nos faz realmente acreditar que não haverá qualquer tipo de "recuperação da unidade da cristandade sem um retorno a uma estrutura episcopal"²⁰.

Questões ecumênicas relevantes

Queremos concluir nossa contribuição a esse seminário reportando-nos novamente ao documento BEM, porque, em linhas gerais, o consenso mínimo ali alcançado sempre encontrou eco positivo

¹⁷ KRISCHKE, EGMONT M. A Estrutura da Fé, p.91

¹⁸ Resumo da Fé Cristã, p. 20

¹⁹ BETTENSON, H. Documentos da Igreja Cristã, p. 352

²⁰ CASSERLEY, J.V. LANGMEAD, Christian Community, p.37

na Comunhão Anglicana. Queremos destacar alguns trechos do BEM, especificamente do item referente ao Ministério, porque expressam de maneira muito clara a compreensão anglicana. O primeiro trecho que destacamos afirma:

Ainda que não haja, segundo o Novo Testamento, uma só forma do ministério, ainda que o Espírito tenha freqüentemente conduzido a Igreja a adaptar os seus ministérios às necessidades de um determinado contexto histórico, e ainda que outras formas do ministério ordenado tenham sido abençoadas pelos dons do Espírito Santo, *o triplo ministério do bispo, do presbítero e do diácono pode servir hoje de expressão à unidade que procuramos e também de meio para lá chegar*". (art. 22 do item Ministério).

Um segundo ponto a destacar é o item 37:

As Igrejas que têm a sucessão pelo episcopado reconhecem cada vez mais que uma continuidade na fé apostólica, no culto e na missão, foi conservada nas Igrejas que não conservaram a forma do episcopado histórico. Este reconhecimento vê-se facilitado também pelo fato que a realidade e a função do ministério episcopal foram mantidas em muitas dessas Igrejas, com ou sem o título de bispo. A ordenação, por exemplo, é sempre efetuada por pessoas em quem a Igreja reconhece a autoridade de transmitir o mandato ministerial.

Essa compreensão tem fortalecido no seio da Comunhão Anglicana o avanço nos diálogos bilaterais em várias partes do mundo. Os melhores e mais recentes exemplos encontramos nos Estados Unidos e Canadá, entre anglicanos e luteranos daqueles países. O terceiro item que destacamos no BEM, e que tem servido de baliza para nossos diálogos bilaterais, afirma:

Entre os pontos que devem ser estudados, enquanto as Igrejas avançam para o reconhecimento mútuo dos ministérios, *o da sucessão apostólica é de uma importância particular. Algumas Igrejas, co-participantes nas conversações ecumênicas, poderão reconhecer mutuamente os seus ministérios ordenados se estiverem seguras de que a **intenção** de cada uma delas é transmitir o ministério da Palavra e dos sacramentos em continuidade com os tempos apostólicos.* O ato da transmissão deveria ser realizado de acordo com a tradição apostólica,

que inclui a invocação do Espírito e a imposição das mãos. (art. 52 do item Ministério, grifo e negrito nossos).

Observamos aqui uma grande possibilidade para o mútuo reconhecimento do ministério das Igrejas não-episcopais, principalmente se trabalharmos com a palavra "intenção" e uma compreensão dos motivos históricos que levaram cristãos que hoje pertencem a outras tradições, a terem adaptado localmente seu ministério de forma diferente da episcopal.

Finalmente, gostaríamos de concluir lembrando as clássicas palavras do Novo Testamento que afirmam a unidade dos cristãos em um só corpo, a diversidade do agir do Espírito ao conceder-nos o privilégio de sermos ministros da nova aliança e a necessidade de preservarmos a unidade da fé, "para que, *pela Igreja*, seja conhecida a multiforme sabedoria de Deus"(Ef 3.10).